

POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTROLE DA FOME: UMA ANÁLISE SOCIAL DO PNAE

Dario da Silva Monte Nero ¹

RESUMO

A fome endêmica é um fator que atinge várias regiões do planeta, debilitando assim centenas de milhões de pessoas e matando uma quantidade considerável por desnutrição, sendo assim necessário, intervenção do governo para o controle desta carência alimentar. As políticas públicas têm como alvo contribuir para o desenvolvimento biopsicossocial, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis da sociedade, por meio de ações de educação alimentar e nutricionais e oferta de refeições que atendam às suas necessidades nutricionais durante a sua permanência no ambiente escolar. Sendo assim o presente estudo tem como objetivo fazer uma análise social e histórica, das políticas públicas, voltadas ao controle da fome. Esta pesquisa terá como característica, uma investigação exploratória, envolvendo levantamento bibliográfico. A discussão sobre processos de identidade cultural adquire maior importância na sociedade contemporânea, em virtude das mudanças resultantes da crise das estruturas sociais, das tradições e dos paradigmas. A identidade diz respeito a processos de individuação e identificação, resultantes de interações sociais e relações de poder entre indivíduos, situações e contextos ao passo que também abarca a construção de vínculos e necessidades de reconhecimento e visibilidade. Sabe-se que as Políticas Públicas envolvem escolhas de mecanismos capazes de garantir consistência e identidade às diferentes iniciativas na área. Contudo é possível concluir que as ações governamentais voltadas à segurança alimentar tiveram avanços. Entretanto para uma melhor compreensão do tema é necessário novos estudos visando o enriquecimento científico e social.

Palavras-chave: Educação, Política Pública, Fome e Gestão Social.

INTRODUÇÃO

Em 31 de março de 1955, Juscelino Kubitschek de Oliveira, então presidente do República, assinou o Decreto n. 37.106, criando a Campanha da Merenda Escolar (CME). Este programa se caracteriza, na atualidade, pelo repasse de recursos financeiros da União para estados, municípios e Distrito Federal. Este sistema suplementar do setor da educação é gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia que cuida de vários outros programas educacionais. Esta política social, definida como focada, compensatória e distributiva e assistencial, está relacionada intimamente com a efetivação do direito à educação e do direito à alimentação adequada (BITTENCOURT, 2007).

¹ Mestrando do Programa de Gestão Social e Políticas Públicas – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – Cruz das Almas/BA dariomontenero@yahoo.com.br

A universalização e gratuidade na oferta de refeições, é um princípio inerente ao programa, incluindo entre suas principais diretrizes o direito humano a alimentação adequada, com ênfase na alimentação saudável, desenvolvimento local, bem como a “clarificação” das ações de educação alimentar e nutricional e a oferta dos alimentos nas escolas, contextualizando à pedagogia do aprender a conhecer de acordo com Delors (2000).

Além da necessidade de alimentação ser algo intrínseco ao ser humano, ou seja, dela acontecer de uma forma natural e social, Frizon (2008) apresenta que o ser humano tem seus hábitos alimentares decorrentes da convivência em sociedade. Neste aspecto a instituição de ensino tem um papel fundamental que vai além da simples inserção de alimentos em determinados horários do dia para um grupo de alunos, pois a escola pode modificar a forma de ver a alimentação, incentivando estes alunos a refletirem a partir daquilo que é colocado para eles dentro do próprio âmbito escolar. Ao colocarmos na escola, a alimentação escolar, devemos pensar nela como formadora de bons hábitos nos mais variados aspectos, e é nesta perspectiva atuante que o PNAE deve ser compreendido.

Diante deste contexto, pode-se afirmar que a escola é um ambiente de vida e de extrema importância para a prática da Educação Alimentar e Nutricional – (EAN), de modo a proporcionar ao aluno a cidadania e a autonomia quanto à alimentação. Sendo uma instituição interdisciplinar no qual os professores sejam capazes de partilhar o saber e aventurar-se na conexão dos conhecimentos e adotá-la no cotidiano (BRASIL, 2018).

Sendo assim o presente estudo tem como objetivo fazer uma análise social e histórica, das políticas públicas, voltadas ao controle da fome e principalmente aquela presente no ambiente escolar o PNAE. Esta pesquisa terá como característica, uma investigação exploratória, envolvendo levantamento bibliográfico e trazendo uma discussão do ponto de vista social mostrando como isso vem sendo exposto na atual sociedade.

METODOLOGIA

Esta pesquisa terá como característica quanto aos objetivos, uma investigação exploratória, na qual irá proporcionar uma maior familiaridade com o problema, envolvendo levantamento bibliográfico, pois “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no

fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2008).

Segundo Minayo (2003) a corrente teórica da Sociologia Compreensiva fundamenta esse tipo de pesquisa, pois coloca como tarefa central das ciências sociais a compreensão da realidade humana vivida socialmente. Em suas diferentes manifestações, o significado é o conceito central da investigação.

Nesse sentido a Sociologia Compreensiva indica a subjetividade para fundamentar o sentido da vida social e defende-a como constitutiva do social e inerente à construção nas ciências sociais. E quem segue essa teoria não se preocupa em quantificar, mas sim em entender e explicar a dinâmica que ocorre nas relações sociais, onde estão inseridos os valores, os hábitos, as crenças.

DESENVOLVIMENTO

A FOME E A GLOBALIZAÇÃO

A fome endêmica é um fator que atinge várias regiões do planeta, debilitando assim centenas de milhões de pessoas e matando uma quantidade considerável por desnutrição e/ou cormobidades ligadas à ausência de nutrientes nos organismos, com regularidade estatística, tornando a fome uma grande preocupação mundial.

Entende – se que as práticas alimentares participam dos processos identitários, pois a alimentação assume uma posição central no aprendizado e na formação social, por sua natureza vital, rotineira, geradora de sociabilidades e possibilidades de escolhas assim o alimento pode ser incorporado tanto no plano físico quanto no simbólico, ou seja, não compete somente a função de nutrir mediante suas propriedades sensoriais e nutricionais, mas produz prazer, promove prestígio, inclusão e distinção social, mediante suas propriedades simbólicas. Ou seja, as práticas alimentares não são apenas expressões ou recursos de afirmação de identidades, mas inserem – se nos próprios processos de identidade social (SILVA et al., 2018).

Na obra de Sen (2018) a autora traz em seu estudo uma análise crítica das variáveis presentes no contexto da fome do mundo, uma delas é a relação de produção de alimentos, no qual isso pode estar diretamente relacionada com a fome. Através de uma reflexão feita da

relação entre a oferta e a procura, pode – se afirmar claramente que quanto maior o número de pessoas no mundo mais o sistema terá que se reorganizar sobre a produção alimentar, pois caso a quantidade de alimentos não acompanhe o ritmo de crescimento da população mundial, muitas comunidades morrerão de fome.

Dessa forma faz necessário analisar a alimentação com uma visão mais ampla e crítica do que somente se limitar a aspectos somente nutricionais, uma vez que está profundamente relacionada a aspectos culturais. A alimentação tem um papel social de extrema relevância, pois ela une de forma inequívoca aspectos biológicos e fisiológicos a aspectos culturais. (MACIEL E CASTRO, 2013).

Com o passar dos anos pode – se ressaltar que os aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais estão cada vez mais globalizados e com isto temos o surgimento de um modelo que pode ser chamado de cultura global que é determinado por um processo de transformação para uma cultura de consumo, contudo está sendo trazida por uma nova realidade para sociedade cultural através do multiculturalismo, ou seja, da diversidade na cultura.

A partir disso podemos afirmar que o PNAE, que é a atual política pública voltada a merenda escolar, além de ter ajudado a combater os índices de fome no Brasil, também fortaleceu só a economia local como também a cultura alimentar; 30 % da verba destinada a compra de alimentos para a merenda escolar é investida em produtos da terra, onde são produzidos na própria região. Já que segundo Silva et al., (2018) com a globalização, temos um prejuízo na identidade da cultura alimentar, devido ao aumento no consumo de produtos industrializados e também de refeições do tipo fast-food.

A discussão sobre processos de identidade cultural adquire maior importância na sociedade contemporânea, em virtude das mudanças resultantes da crise das estruturas sociais, das tradições e dos paradigmas. A identidade diz respeito a processos de individuação e identificação, resultantes de interações sociais e relações de poder entre indivíduos, situações e contextos ao passo que também abarca a construção de vínculos e necessidades de reconhecimento e visibilidade.

TRAJETORIA DO PNAE

No Brasil, as iniciais ações governamentais voltadas à alimentação escolar foram criadas na década de 1930, quando as doenças nutricionais relacionadas à fome e à miséria (desnutrição, anemia ferropriva, deficiência de iodo, de vitamina A, entre outras) constituíam graves dificuldades de saúde pública. A base do atual Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi instituído em 1955, com a criação da Campanha Nacional da Merenda Escolar (CNME), atrelada ao Ministério da Educação e Cultura (VASCONCELOS, 2005).

Por volta de 1940, quando algumas escolas iniciaram uma organização montando as “caixas escolares”, tendo como meta arrecadar recursos para fornecer a alimentação aos escolares, enquanto permaneciam na escola. Nesse período, o Governo Federal ainda não participava dessas ações, mas com base no resultado dessa iniciativa, notou a importância da alimentação escolar para a permanência dos estudantes nas escolas, bem como para a redução da desnutrição infantil no país (COIMBRA, MEIRA e SATARLING, 1982).

Em 31 de março de 1955, Juscelino Kubitschek de Oliveira, então presidente do República, assinou o Decreto n. 37.106, criando a Campanha da Merenda Escolar (CME). Este programa se caracteriza, na atualidade, pelo repasse de recursos financeiros da União para estados, municípios e Distrito Federal. Este sistema suplementar do setor da educação é gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia que cuida de vários outros programas educacionais. Esta política social, definida como focada, compensatória e distributiva e assistencial, está relacionada intimamente com a efetivação do direito à educação e do direito à alimentação adequada (BITTENCOURT, 2007).

No período entre 1955 até 1970 foram de total e nítida dominação da participação de organismos internacionais no PNAE. Pode-se dizer que o mesmo teve uma primeira etapa, iniciada na década de 1950, caracterizada pela presença de recursos provenientes do *United Nations Children's Fund* (UNICEF) chamado no Brasil de FISI – Fundo Internacional de Socorro à Infância. A década de 1960 pode ser observada como uma segunda etapa do programa, marcada fortemente pela presença de alimentos derivados dos Estados Unidos da América, entre os quais do Programa “Alimentos para a Paz”, financiado pela *United States Agency for International Development* (USAID) e do Programa Mundial de Alimentos (PMA) da Organização das Nações Unidas (ONU), os quais forneciam a quase totalidade dos gêneros consumidos pelos escolares brasileiros (PEIXINHO, 2013).

Em 1956, a CNA (Comissão Nacional de Alimentação) deu origem à CNME (Campanha Nacional de Merenda Escolar), objetivando a abrangência nacional. Em 1965, pelo Decreto n.o 56.886 (BRASIL, 2018), a CME foi reformulada pela criação da Campanha

Nacional de Alimentação Escolar (CNAE), responsável pela execução do programa até 1981. Em 1965, foram criados programas de origem americana, a saber, Alimentos para a Paz, financiado pelo USAID (*United States Agency for International Development*), o Programa de Alimentos para o Desenvolvimento, destinado às populações carentes e aos alunos escolares; e o Programa Mundial de Alimentos, da FAO/ONU. A partir de 1976, o CNAE fez parte do II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (Pronan). Em 1979, passou a se denominar Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Em 1981, o programa passou a ser gerenciado pelo INAE (Instituto Nacional de Assistência ao Educando), então criado.

Em 1983, pela Lei n.º 7.091 (BRASIL, 2018), é criada a FAE (Fundação de Assistência ao Estudante), resultante da fusão do INAE com a Fundação Nacional do Material Escolar (Fename), e o programa passa a se denominar Programa Nacional de Alimentação Escolar. A Constituição Federal (BRASIL, 1988), promulgada em 1988, assegurou o direito universalizado à alimentação escolar aos alunos de ensino fundamental, a ser oferecido pelos governos federal, estaduais e municipais:

O nome dessa campanha foi se modificando até que, em 1979, foi denominado Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conhecido popularmente por “merenda escolar” (CHAVES, 2006).

Em 1994, foi instituída a descentralização dos recursos para execução do PNAE, por meio da Lei nº 8.913, de 12/07/94, mediante a celebração de convênios com os Municípios e com o envolvimento das secretarias de educação dos Estados e do Distrito Federal, às quais delegou-se competência para atendimento aos alunos de suas redes e das redes municipais das prefeituras que não haviam aderido à descentralização.

De acordo com Vasconcelos et al., (2012) o PNAE normatiza a construção dos cardápios da alimentação dos escolares, estabelecendo como deve ser sua elaboração e os itens percentuais indispensáveis, considerando os aspectos nutricionais e sensoriais, como cores, texturas, sabores, combinação de preparações, tipos de alimento e técnicas de preparo. Sabe-se que o Programa é uma política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e que sua ausência é reconhecida como problema público o que demanda uma ação governamental, visto que envolve a escolha problema público é uma questão que demanda uma ação governamental, visto que envolve a escolha de mecanismos capazes de garantir consistência e identidade às diferentes iniciativas na área (MAGALHÃES et al., 2013).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A essência de um programa suplementar de alimentação escolar compreende vários conceitos, dentre eles os mais discutidos são os assistenciais e os nutricionais. Compreender que é dever do Estado dar assistência a problemas como a fome, desnutrição, baixo desempenho escolar, entre outros, como também satisfazer as necessidades nutricionais diárias que o aluno precisa no seu local de estudo é a base para a implantação de uma política de alimentação escolar (PEDRAZA; ANDRADE, 2006).

Historicamente, o PNAE tem sido objeto de estudo de várias pesquisas no Brasil. Há que se destacar tratar-se de um Programa que vem alcançando o atendimento de 36,3 milhões de escolares, demandando recursos em torno de 1,6 bilhão de Reais anualmente investidos, considerando apenas os recursos federais. Portanto, avaliá-lo, em suas múltiplas dimensões, define-se como um importante objeto de estudo, fazendo-se necessária uma aproximação a todos os aspectos que envolvem o Programa, possibilitando o preenchimento de lacunas no processo de avaliação (VALENTE, 2009).

O PNAE é considerado, de fato, um dos maiores programas na área de alimentação escolar do mundo, por se tratar do único com atendimento universalizado, ou seja, que atende a todos os alunos matriculados nas escolas públicas – da creche ao ensino médio – independentemente de classe social, etnia ou religião. E é também um modelo para outras nações em desenvolvimento no combate à fome e a desnutrição, haja vista o reconhecimento da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (Food and Agriculture Organization - FAO/ONU), por meio de acordo celebrado em 2005 (VASCONCELOS; BATISTA FILHO, 2012).

A concepção da alimentação escolar, como uma política pública social, ocorreu com a mesma finalidade em vários países do mundo: a tentativa de amenizar e até solucionar a fome e a desnutrição infantil. Cabe lembrar que no Brasil, a fome e a subnutrição foram, durante séculos, problemas endêmicos e muito agregados ao contexto social e econômico em que a população estava inserida, principalmente nos locais mais afastados da região centro - administrativa do país (CASTRO, 1984).

A Educação Alimentar e Nutricional não pode ser vista somente como transmissão de informações, e sim como utilização dessas informações para a promoção de mudanças de

comportamentos e atitudes em relação aos problemas nutricionais, como obesidade infantil, desnutrição e fome endêmica etc. Sendo importante um trabalho que não se restrinja apenas às aulas de Ciências, ou ao desenvolvimento de uma atividade durante o ano letivo, porém que o conhecimento seja discutido e vivenciado continuamente de forma interdisciplinar (SILVA et. al. 2015).

Segundo Vanessa et al., (2012) estudos sobre a situação nutricional da população brasileira realizados entre 1974 e 2006 indicam um declínio de aproximadamente 80% no déficit estatural das crianças menores de cinco anos, embora ainda com grandes distinções inter-regionais, tendo o Norte e o Nordeste do Brasil apresentado as piores situações. Para as crianças com idades entre cinco e nove anos, a tendência de declínio acompanha o que foi observado entre as menores de cinco anos (cujas prevalências aproximam-se a (6,8%); entretanto, para os adolescentes, os percentuais são mais elevados (9,8%), além de não haver dados disponíveis para verificar a tendência de redução nas últimas décadas.

No que se refere à adesão dos escolares, atendidos pelo PNAE em alguns municípios brasileiros, também se verificou que 67,5% dos estudantes menores de 11 anos consumiam a alimentação escolar com frequência superior a quatro vezes por semana, percentual que se reduzia entre os jovens de maior idade. Constatou-se, ainda, que os consumidores mais assíduos eram os alunos de nível socioeconômico desfavorecido e com déficit de peso. Entre os estudantes que não aderiram ao PNAE, a justificativa de recusa mais citada foi “não gostar da refeição servida” (VALENTE, 2009).

Costa (1990) comprova que a capacidade dos alunos em aprender vem de lares mais estruturados financeiramente, é melhor do que dos alunos que vêm de uma origem familiar onde o nível socioeconômico é baixo. Os estudantes que apresentam um potencial de aprendizado maior são os que têm uma alimentação mais saudável, tem melhor moradia, geralmente os pais têm um nível educacional mais elevado, possuindo maior motivação para o processo de aprendizagem.

De acordo com estudos quanto mais intensa e precocemente a obesidade se desenvolve, maiores serão os riscos de permanência na idade adulta e o surgimento de comorbidades relacionadas. De modo geral, a obesidade apresenta como determinantes imediatos a alimentação hipercalórica, rica em gorduras trans e ácidos graxos saturados, o consumo excessivo do açúcar, além do sedentarismo e outros hábitos não saudáveis do estilo de vida ocidental. Além do fator comportamental, cabe enfatizar a influência da condição

nutricional pregressa, a exemplo da desnutrição fetal e, ainda, das características socioeconômicas e ambientais sobre a determinação do sobrepeso (MIECH et al , 2006).

Estudos concluem que o modelo de comportamento tendendo à inatividade e inadequação da dieta familiar é um fator que pode levar à obesidade precoce. Por outro lado, a inter-relação com jovens atletas e a orientação e motivação pelos pais foram relatados como influências positivas na prevenção da obesidade.

De acordo com Bittencourt (2007) existem diferentes avaliações do PNAE, que demonstram que este Programa tem tido efetividade ao longo dos seus mais de 50 anos de existência. Dois movimentos colaboraram para que isto fosse alcançado: primeiro, o movimento de descentralização e, segundo, a inserção de controle social na gestão do programa.

Sendo assim o ambiente escolar têm um grande papel na promoção da saúde de crianças e adolescentes por ser um local onde essa população passa a maior parte do seu tempo, ocupada com experiências motoras e intelectuais, que, além de contribuírem para a construção da identidade e da auto-imagem, podem favorecer a promoção de um estilo de vida saudável, com o auxílio dos professores (BRACCO et al., 2003).

De acordo com Bezerra, 2009, a alimentação nas escolas deve ser tema constantemente debatido, já que compõe um dos principais portas de acesso à alimentação para muitos alunos, além de poder cooperar para a Segurança Alimentar dos mesmos. Diante da condição socioeconômica de grande parte da população brasileira, há ainda contingente de crianças que vão à escola em jejum ou que se alimentam em casa de forma inadequada, sendo muitas vezes a refeição recebida na escola à única de todo o dia.

Dentro da perspectiva da Educação Alimentar Nacional (EAN) é possível realizar planejamento de ações, através da atuação do professor de Educação Física, que envolvam a conscientização de hábitos mais saudáveis em toda a comunidade escolar. Nesse ambiente, o educador deve ser um facilitador, que tenha condições de utilizar várias estratégias de ensino, contribuindo para a melhoria da alimentação dos alunos. Esses conhecimentos devem ser construídos de forma transversal no ambiente escolar, garantindo a sustentabilidade das ações dentro e fora de sala de aula (BRASIL, 2018).

Dessa forma a alimentação oferecida nas escolas deve ser pensada em termos de adoção de hábitos alimentares adequados que contribuam para o crescimento e desenvolvimento

biopsicossocial dos beneficiados, como pautado na concepção do PNAE, pois o processo de educação alimentar e nutricional deve compreender o debate de todas as dimensões envolvidas: econômica, social e cultural (PEDRAZA, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da discussão trazida neste estudo podemos observar que as práticas alimentares participam dos processos identitários, pois a alimentação assume uma posição central no aprendizado e na formação social, por sua natureza vital, rotineira, geradora de sociabilidades e possibilidades de escolhas assim o alimento pode ser incorporado tanto no plano físico quanto no simbólico, ou seja, não compete somente a função de nutrir mediante suas propriedades sensoriais e nutricionais, mas produz prazer, promove prestígio, inclusão e distinção social, mediante suas propriedades simbólicas.

A luta contra a fome, no mundo é um fator de extrema relevância, e que se faz necessários, investimentos governamentais para o fortalecimento de ações específicas de combate a desnutrição. Isso ajudaria a melhorar o nível educacional dos estudantes, pois os mesmo teriam acesso a alimentos básicos no ambiente escolar.

Assim o PNAE mostra – se de extrema relevância para o equilíbrio da fome assim como também uma promoção da Educação Alimentar e Nutricional, pois utiliza – se dentro de seu contexto a possibilidade de conscientizar os estudantes de maneira interdisciplinar, possibilitando que os mesmos consigam distinguir alimentos industrializados dos considerados “alimentos da terra”, promovendo assim uma qualificação na alimentação.

A discussão da alimentação escolar como um elemento constitutivo de identidades escolares foi motivada pela problemática levantada em alguns estudos sobre a persistência de discursos e práticas de caráter assistencialista que reduzem a alimentação escolar à comida para pobres.

Contudo é possível concluir que a política pública de alimentação escolar mostra – se eficiente e que conseguiu ter alguns avanços, inclusive na sua descentralização o que tornou os municípios mais independentes e estimulantes da economia local. Entretanto para uma melhor compreensão do tema é necessário novos estudos para uma melhor contribuição social.

REFERÊNCIAS

- BEZERRA, I.N.; SOUZA, A.M.; PEREIRA, R.A.; SICHIERI, R. Consumo de alimentos fora do domicílio. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 47, suppl. 1, p. 200-211, 2013.
- BITTENCOURT, Jaqueline Marcela Villafuerte, **Uma Avaliação da Efetividade do Programa de Alimentação Escolar no Município de Guaíba** Porto Alegre, 2007.
- BRACCO, Mário Maia et al. **Atividade física na infância e adolescência: impacto na saúde pública**. Rev. ciências médicas São Paulo, v. 12, n. 1, p.89- 97, 2003.
- BRASIL. Ministério da Educação, **Manual de apoio para atividades técnicas do nutricionista no âmbito do PNAE / Programa Nacional de Alimentação Escolar**. – Brasília : FNDE, 2018.
- CASTRO, J. **Geografia da Fome**. 10. ed. Rio de Janeiro,:Antares, 1984. 339p.
- COSTA, Messias. **Rendimento Escolar no Brasil e a Experiência de Outros Países**. São Paulo, Loyola, 1990.
- COIMBRA, M; MEIRA, JFP; SATARLING, BL. **Comer e aprender: uma história da alimentação escolar no Brasil** – INAE/MEC, 1982.
- DELORS, Jacques et al. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez/UNESCO, 2000.
- FRIZON, J. D. **Hábitos Alimentares e Qualidade de Vida: Uma Discussão Sobre a Alimentação Escolar**. I Simposio Nacional de Educação, XX Semana de Pedagogia. Unioeste – Cascavel: 2008.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MACIEL, M.E.; CASTRO, H.C. **A comida boa para pensar: sobre práticas, gostos e sistemas alimentares a partir de um olhar socioantropológico**. Demetra, v.8, n.1, p.321-328, 2013.
- MIECH, R. A.; Kumanyika S. K.,; STETTLER N, Link B.G.; PHELAN J. C., Chang V.W. **Trends in the association of poverty with overweight among US adolescents, 1971- 2004**. JAMA 2006;295:2385-93.
- MINAYO, Marília Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- PEDRAZA, D.F.; ANDRADE, S.L.L.S. A alimentação escolar analisada no contexto de um programa de alimentação e nutrição. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 19, n. 3, p. 164-174, 2006.
- PEDRAZA, Figueroa D et al. **Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar: revisão da literatura Ciência & Saúde Coletiva**, 23(5):1551-1560, 2018.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade** Editora Companhia das Letras, 7 de jun de 2018.

SILVA, Edleuza Oliveira; SANTOS, Lígia Amparo; SOARES, Micheli Dantas **Alimentação escolar e constituição de identidades dos escolares: da merenda para pobres ao direito à alimentação** Cad. Saúde Pública 2018.

SILVA, Wilma Amâncio da; SILVA, Wellington Amâncio da SANTO, Gervânia do Nascimento. **A formação do professor e a educação alimentar nas séries iniciais.** Revista de Educação do Cogeime – Ano 24 – n. 47 – julho/dezembro 2015.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de; BATISTA FILHO, Malaquias. **História do campo da alimentação e nutrição em saúde coletiva no Brasil.** Ciênc. saúde coletiva [online]. 2011, vol.16, n.1, pp. 81-90. ISSN 1413-8123. Acesso em 17 jul 2012.

VALENTE, Amanda Silva. **Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar em Âmbito Municipal: Subsídios Para o Desenvolvimento de uma Metodologia.** Programa de pós graduação em alimentos, nutrição e saúde. UFBA; Salvador BA 2009.

VANESSA Sá Leal , Pedro Israel C. de Lira , Risia Cristina E. de Menezes , Juliana Souza Oliveira , Emilia Chagas Costa , Sonia Lúcia L. S. de Andrade. **Desnutrição e excesso de peso em crianças e adolescentes: uma revisão de estudos brasileiros.** Rev Paul Pediatr 2012;30(3):415-22.